

DETERMINAÇÃO DA VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA - MG

SERAPIÃO, C. A. ¹; PAIVA, L. G. ²; VIEIRA, P. S. ³; REIS FERNANDES, L. F. ⁴

¹ Aluno de Pós Graduação em Gestão Ambiental – IFSULDEMINAS-Campus Inconfidentes

² Tecnólogo em Gestão Ambiental – CESEP – Machado-MG

³ Aluno em Tecnologia de Segurança do Trabalho – IFSULDEMINAS – Campus Machado

⁴ Docente – IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

1 INTRODUÇÃO

A temática dos resíduos sólidos gerados é um dos maiores desafios contemporâneos. A pressão pelo consumo aliada ao desenvolvimento econômico, crescimento urbano e outros fatores geram uma pressão nunca antes registrada sobre o meio ambiente e os recursos naturais.

Esse processo expressa a dimensão do problema nos últimos cem anos e a necessidade de o Poder Público buscar soluções para o adequado descarte, coleta, tratamento, destinação final e reaproveitamento do material descartado.

Segundo Carlos Minc (1997), o que genericamente chamamos de “lixo” nada mais é do que matéria prima fora do lugar.

O presente trabalho tem por objetivo determinar a viabilidade da implantação da Coleta Seletiva pelo Órgão Público Municipal do município de São João da Mata para dar destinação correta aos materiais recicláveis que são descartados no lixão municipal.

Com a crescente preocupação com a preservação dos recursos naturais e das condições saudáveis de vida dos seres humanos o Poder Público está, cada vez mais, discutindo soluções e criando leis que visam à adequação correta dos resíduos gerados pelo ser humano. A implantação da Coleta Seletiva é um passo a frente em relação às eminentes legislações que logo irão obrigar os municípios a se adequarem as normas referentes à destinação final dos resíduos gerados.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente projeto foi realizado com o objetivo de se implantar a coleta seletiva no município de São João da Mata, localizado na região sul de Minas Gerais pertencendo à micro região do Médio-Sapucaí, de clima temperado com média anual de 23°C. O município possui

aproximadamente 2.731 habitantes e uma área total de 120 km², sua principal atividade econômica encontra-se na agropecuária com predominância de pequenas propriedades rurais.

No período de dezembro de 2007 a agosto de 2010 foi realizado um trabalho informal voluntário de coleta seletiva por cidadãos do município antecedido por panfletagem, divulgação em escolas e residências no perímetro urbano do município acerca da importância da realização da coleta seletiva obtendo-se nesse período os seguintes montantes coletados:

Quadro 1 – Quantitativo do material coletado

	Papelão	Papel terceira	Sucata	Plástico Colorido	Pet	Tetra Pak	PEAD	Plástico filme	Pet Óleo
1º Quadrimestre	1.945 kg	1.110 kg	710 kg	425 kg	635 kg	240 kg	745 kg	245 kg	205 kg
2º Quadrimestre	2.267 kg	1.055 kg	460 kg	274 kg	738 kg	238 kg	581 kg	421 kg	219 kg
3º Quadrimestre	1.655 kg	544 kg	685 kg	323 kg	398 kg	289 kg	333 kg	234 kg	365 kg
4º Quadrimestre	950 kg	435 kg	440 kg	380 kg	405 kg	240 kg	450 kg	240 kg	250 kg
5º Quadrimestre	698 kg	460 kg	2.340 kg	260 kg	260 kg	200 kg	370 kg	165 kg	165 kg
6º Quadrimestre	1.942 kg	1.060 kg	870 kg	475 kg	670 kg	190 kg	720 kg	335 kg	300 kg
7º Quadrimestre	1.224 kg	780 kg	450 kg	380 kg	370 kg	210 kg	420 kg	270 kg	270 kg
TOTAL	10.681 kg	5.444 kg	5.955 kg	2.517 kg	3.476 kg	1.607 kg	3.619 kg	1.910 kg	1.774 kg

O material separado pelos moradores era coletado uma vez por semana (quartas feiras) por um caminhão, posteriormente separado e armazenado num galpão. Durante esse período foram coletadas aproximadamente 37 toneladas de material reciclável.

Para a implantação do projeto de coleta seletiva pelo Órgão Público Municipal foi elaborado um questionário abordando questões sobre: a importância da coleta seletiva para o

meio ambiente e para o município, as vantagens para a saúde e meio ambiente proporcionadas pela implantação da coleta seletiva, adesão à coleta se a mesma fosse implantada pelo Órgão Público Municipal e o dever do mesmo em assumir a responsabilidade da coleta seletiva no município.

O questionário foi aplicado em agosto de 2010 sendo ouvidas aproximadamente 500 pessoas da comunidade, o que representa cerca de 21% da população.

Posteriormente, em face da receptividade positiva da população, o presente trabalho originou a elaboração do Projeto de Lei nº 01/2010 de iniciativa popular. Foram divulgados cartazes com a redação do Projeto de Lei em bares e comércios do município acompanhados de listas de adesão com o objetivo de colher assinaturas de pelo menos 5% do eleitorado municipal para a caracterização da iniciativa popular do referido Projeto de Lei.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não foram pesquisados os perfis socioeconômicos da população do município, uma vez que o foco do projeto era a implantação da coleta seletiva dando-se ênfase assim às questões relacionadas à sua implantação e importância.

Quando questionados sobre a importância da coleta seletiva para o meio ambiente e para o município 100% dos entrevistados responderam que sim, ela é importante tanto para o meio ambiente quanto para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Sobre as vantagens para a saúde e meio ambiente proporcionadas pela coleta seletiva 100% dos entrevistados disseram estar cientes, porém apenas cerca de 30% souberam citar alguma vantagem, com destaque para a diminuição de vetores de doenças agravadas pela má destinação dos resíduos sólidos gerados pela comunidade.

Ao serem questionados se o Órgão Público Municipal deveria exercer seu papel e implantar a coleta seletiva no município 100% dos entrevistados responderam que sim, que é de sua responsabilidade e 100% dos entrevistados estariam dispostos a aderir à coleta seletiva se a mesma fosse implantada pelo Órgão Público Municipal.

Apesar da aparente conscientização da população vale lembrar que a coleta seletiva informal voluntária teve em seu início (dezembro/2007) a adesão de apenas 22% da população urbana saltando para 35% até agosto de 2010.

O Projeto de Lei 01/2010 foi apresentado à Câmara Municipal de Vereadores no dia 15 de setembro de 2010 onde foi lido e aprovado por unanimidade em sua íntegra, sendo sancionado pelo Poder Executivo com alguns vetos.

A principal dificuldade para a implantação desse projeto é de ordem econômica em vista do alto custo da aquisição de materiais e treinamento pessoal para a realização efetiva de uma coleta seletiva no município em questão. Aconselha-se que sejam buscadas parcerias através da elaboração de projetos para a obtenção de subsídios que viabilizem a implantação dessa e de outras ações que favoreçam o desenvolvimento sustentável no município e região.

Faz-se necessário uma participação maior da comunidade junto ao Órgão Público Municipal visando auxiliar na tomada de decisões em questões que impliquem principalmente na qualidade ambiental e de vida do município.

Verifica-se, também, a necessidade da Educação Ambiental ser implantada de fato nas escolas do município para o despertar da conscientização ecológica e da responsabilidade social dessa nova geração de futuros cidadãos uma vez que a geração presente apresenta dificuldades de mudanças de atitudes e hábitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos evidencia-se a viabilidade social e ambiental da implantação da coleta seletiva no município pelo Poder Público uma vez que é uma ferramenta de política pública ambiental e é direito da comunidade usufruir os inúmeros benefícios socioeconômicos que ela traz, tais como diminuição dos resíduos descartados aumentando a vida útil dos aterros, melhoria e limpeza da cidade, diminuição da proliferação de vetores de doenças, melhoria da qualidade de vida, diminuição da contaminação dos solos e lençóis freáticos entre outras vantagens.

Recomenda-se para trabalhos futuros um estudo avaliando a viabilidade econômica da implantação da coleta seletiva no município.

Ressalta-se que no período em que funcionou a coleta seletiva informal no município foram coletadas cerca de 37 toneladas de resíduos recicláveis diminuindo a pressão volumétrica do aterro, além de promover a reciclagem e reutilização gerando benefícios socioeconômicos que se encontram de acordo com as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE – Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 04 de maio de 2011

MINC, Carlos. Ecologia e Cidadania. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1997. 127p.